

Programa de Educação de Jovens e Adultos Conquista a Cidadania Negada: a experiência de Bauru (SP).

Antonio Francisco Marques

Eliana Marques Zanata

Maria da Glória Mingulli



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos na Unesp de Bauru, teve início em 1999, com um projeto de extensão para atender funcionários do Campus e comunidade. Dois anos depois, a PROEX organizou um Programa de Educação de Jovens e Adultos com duas dimensões: atender aos funcionários da universidade e à comunidade. Seus objetivos são: reconstruir a identidade pessoal, social e a cidadania por meio da escolaridade; possibilitar aos alunos do Curso de Pedagogia e de outras licenciaturas experiência de organizar e desenvolver projetos de alfabetização de jovens e adultos; articular atividades de capacitação, pesquisa e discussão de políticas públicas junto ao Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) da Secretaria Municipal de Educação de Bauru. Desde 2002 adotou-se a metodologia de parcerias com instituições, associações e igrejas que atendiam às comunidades periféricas, incluindo levantamento da demanda e espaços comunitários para serem usados como salas de aula. O desenvolvimento do processo educacional tem sido trabalhado por alunos universitários bolsistas e voluntários sob orientação de professores do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências Unesp/Bauru. A universidade promove também cursos de formação para todos os campi envolvidos no PEJA. Os resultados obtidos em Bauru apontam para a realização dos objetivos propostos, para a constituição da identidade social dos participantes e sua inserção na sociedade enquanto cidadãos e para a formação dos alunos universitários e seu papel como educadores.

Palavras-chave: Educação de jovens e adultos. Inserção social. Formação de educadores.

Program for Education of Young Adults and Achievement Citizenship Denied: the experience of Bauru (SP)

Abstract

Education for Youth and Adults in Unesp of Bauru, started in 1999 with a project to extend to meet officials of the campus and community. Two years later, the PROEX organized a program of Education Youth and Adults with two dimensions: to meet

officials of the university and the community. The aims are: to reconstruct personal identity, social and citizenship through education, allowing students of the Course of Pedagogy and other degrees experience to organizing and developing projects for young and adult literacy; joint training activities, research and discussion of public policy at the Education Center for Youth and Adults (CEJA) of the Municipal Secretariat of Education of Bauru. Since 2002 adopted the methodology of partnerships with institutions, associations and churches that served the outlying communities, including removal of the demand and community spaces to be used as classrooms. The development of the educational process has been worked out by university students and fellows under the guidance of volunteer teachers from the Department of Education Faculty of Unesp/Bauru. The university also promotes training courses for all campuses involved in Peja. The results in Bauru point to the achievement of the objectives proposed for the formation of social identity of participants and their integration into society as citizens and for the training of university students and their role as educators.

Key words: Adult and youth education. Social inclusion. Training of educators.

Um Passeio pela História: o cenário brasileiro

A proposta deste artigo é descrever e apresentar os resultados obtidos na implementação de um programa de extensão universitária, o PEJA-Programa de Educação de Jovens e Adultos, proposto e financiado pela PROEX, Pró-Reitoria de Extensão da UNESP, com o objetivo de garantir a formação escolar básica aos funcionários da Universidade e da comunidade, os quais não tiveram oportunidade de concluir em idade adequada.

Para compreender a existência, ainda hoje, de alto índice de analfabetos no país e essa tomada de posição da Universidade, faremos uma caminhada pela história sócio-educacional desde os primórdios de colonização do Brasil até os dias de hoje, tendo como fio condutor, o pouco interesse pela educação das classes populares culminando com a exclusão de crianças, jovens e adultos das escolas públicas.

Com a saída dos jesuítas da então Colônia Portuguesa-Brasil, a população pobre e os indígenas ficaram sem escola, enquanto os filhos dos fazendeiros e dos comerciantes ricos tinham preceptores, estudavam em casa; quando jovens iam terminar os estudos em Portugal. No século XIX, apesar dos filhos de escravos libertos pela Lei do Ventre-Livre¹ e dos idosos libertos pela Lei do

¹ Pela Lei do Ventre Livre, (em setembro de 1871) os filhos de escravos, nasciam livres. O fazendeiro deveria cuidar delas até completarem 8 anos; depois disso, essas crianças deveriam ficar em ambientes que as protegessem, mas isso nunca aconteceu. Na verdade, eram expulsas das fazendas e ficavam pelas ruas, perambulando. Historicamente surgiram os primeiros “meninos de rua”.

Sexagenário² o descompromisso com a educação e atendimento das classes populares continuava. Havia um descompromisso com as crianças pobres, com os indígenas, com os filhos ilegítimos, com os órfãos, com os adultos, com os idosos, com os doentes, com os portadores de necessidades especiais, enfim, um descompromisso com as classes populares. Historicamente começa a crescer a população de rua, sem escola, sem trabalho, sem moradia.

Além do descompromisso com as crianças das classes populares também havia o descompromisso com os adultos e idosos, ex-escravos³.

Os anos se passaram, governos se sucederam e as propostas e promessas de universalização e democratização da educação sempre estiveram presentes. Metas ousadas visando à erradicação do analfabetismo surgem em meados do século XX. As metas não foram cumpridas e ainda assim continuam a fazer parte das bandeiras governistas até os dias atuais.

No Brasil, para se falar de Educação de Jovens e Adultos é preciso nos reportar e embarcarmos em uma viagem histórica rumo a década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país (BOENO, 2006, p.1).

A partir daí, foram sendo criadas classes de “alfabetização de adultos”, no período noturno, tanto na zona rural, como na cidade, mas sem ainda uma estrutura formal. Somente em 1961 com a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 4024, promulgada em dezembro desse ano, foi determinada a educação em caráter supletivo para os que não puderam fazer o ensino primário (hoje, fundamental) em época apropriada. Mesmo assim, não havia um projeto

² Pela Lei do Sexagenário (setembro de 1885) e a Lei Áurea (maio de 1888) os escravos libertos foram “expulsos” das fazendas. Eles não sabiam ler e escrever, não sabiam outro ofício a não ser cuidar da lavoura e ou da mineração e, portanto, não estavam preparados para exercerem outras atividades, sobretudo no mundo urbano.

³ Pela Lei do Sexagenário (setembro de 1885) e a Lei Áurea (maio de 1888) os escravos libertos foram “expulsos” das fazendas. Eles não sabiam ler e escrever, não sabiam outro ofício a não ser cuidar da lavoura e ou da mineração e, portanto, não estavam preparados para exercerem outras atividades, sobretudo no mundo urbano. Embora no papel fossem livres, havia um descompromisso com as crianças, com os filhos ilegítimos, com os órfãos, com os adultos, com os idosos, com os doentes, com os portadores de necessidades especiais, enfim, um descompromisso com as classes populares. Historicamente começa a crescer a população de rua, sem escola, sem trabalho, sem moradia.

próprio para a alfabetização desses jovens e adultos. A cartilha usada era a mesma que se usava para as crianças, com raras exceções.

A exceção apareceu com Paulo Freire, em Pernambuco. Para alfabetização de adultos, Paulo Freire, no início dos anos 60, criou um método baseado na realidade desse adulto a ser alfabetizado. Como a maioria era composta de analfabetos trabalhadores, Paulo Freire resolveu trabalhar a alfabetização trazendo para a sala de aula a realidade do mundo do trabalho. Mas não foi só no conteúdo que Freire inovou. Ele trabalhou a leitura crítica do mundo, sem isso, a leitura da “letra” não teria sentido.⁴

Com o Golpe de 1964, que instalou o Governo de Ditadura no país, Freire foi preso e exilado só retornando ao Brasil, com a anistia política em 1979. O importante da obra de Paulo Freire foi o salto qualitativo no ensino da leitura: análise crítica da realidade a partir da própria realidade, para compreendê-la e transformá-la. Esse foi o sentido maior da alfabetização dos adultos que, depois, se espalhou para a alfabetização das crianças também.

Caminhando um pouco mais na história, já no final dos anos 60 e início de 70, tendo o Governo Federal o interesse na preparação de técnicos, surgiu a reforma da 1ª LDB, com a Lei Federal nº 5692 de 1971 alterando a estrutura e funcionamento do antigo grupo escolar e ginásio que passaram a ser uma escola única de 1º grau e do antigo curso colegial que passou a ser escola profissionalizante de 2º grau. Essa Lei, em capítulo próprio, passou a designar a alfabetização de adultos como “Ensino Supletivo” para jovens maiores de 15 anos, no 1º grau e maiores de 19 anos, no 2º grau.

Nessa época da ditadura surgiu, também, o ensino supletivo pelo rádio – Projeto Minerva, e o Projeto do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL. Mutatis Mutandis, o Projeto Minerva (rádio) foi precursor do TeleCurso (TV); o MOBRAL, inspirou-se em Paulo Freire, que nessa época, já estava exilado fora do país, mas suas idéias permaneciam, apesar da ditadura.

Outra obra importante de se ler, como fundamento histórico da Educação de Adultos é ***Sete lições sobre Educação e Adultos***, de Álvaro Vieira Pinto (1989). É uma série de entrevistas realizadas por Saviani e o autor, na década de 1970. Paulo Freire, em uma de suas obras, registra a influência e a importância de Vieira Pinto (SAVIANI, apud PINTO, 1989).

⁴ Recomendamos a leitura das obras do autor: Educação como prática da liberdade, Pedagogia do Oprimido, A importância do ato de Ler.

Terminada a Ditadura militar em 1985, ainda ficaram em vigor a 1ª LDB (4024/61) e a reforma de 1971 no que se refere ao ensino básico. O país entrou na transição democrática, passou pela Constituinte e chegou em 1988, com a nova Constituição Federal, a qual determina que a educação é um direito social. No entanto, somente em dezembro de 1996, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2ª LDB), de nº 9394/96. Esta Lei, também em capítulo próprio, ampliou o campo da alfabetização de adultos, incluindo a palavra “jovens”; passou-se a ter uma modalidade de ensino denominada “Educação de Jovens e Adultos” - EJA.

E por que essa ampliação ao longo da história? Evidentemente porque a escola brasileira, apesar de tantas reformas, permaneceu excludente e elitista; não reviu suas finalidades e objetivos, metodologia e conteúdos quando o povo teve oportunidade de entrar na escola.

Com a transição democrática (1985 a 1988) e consolidação da democracia política, a partir de 1988, começaram programas de maior abertura da escola fundamental às crianças das classes populares. No início dos anos 90, no Estado de São Paulo, cerca de 91% a 93% de crianças entrava na 1ª série do ensino fundamental. Então, porque a LDB de 1996 incluiu os jovens na educação supletiva? Porque a exclusão levou para fora da escola aquelas crianças que conseguiram entrar na 1ª série, mas dificilmente chegavam até a 4ª série: essas crianças, repetindo várias vezes a mesma série⁵, acabavam abandonando a escola e entrando no mundo do trabalho rural (até hoje-2008-se combate o trabalho infantil).

Esse dispositivo legal é um atestado que a instituição *escola pública brasileira* falhou e faliu com relação ao ensino regular de crianças e jovens. Agora, compete aos educadores da EJA resgatar em seus alunos (jovens e adultos), a cidadania interrompida.

Outro motivo para a EJA continua sendo a inserção do jovem no mundo do trabalho industrializado. As empresas não querem trabalhadores com menos do ensino médio. Até para ser frentista de posto de gasolina se exige essa terminalidade de ensino. Trabalhador que não souber ler as instruções das máquinas poderá sofrer acidente de trabalho e poderá dar prejuízo para a empresa.

⁵ As escolas públicas mantinham ainda um conteúdo e metodologia elitista, próprios de alunos oriundos de classe média e média alta, sem se preocupar com os alunos oriundos das classes populares. Não se trata de querer “abaixar o nível” de cultura, mas de tratá-la a partir da realidade dos alunos com o intuito de superá-la, como fazia Paulo Freire.

Esse é um dos horrores do capitalismo, mas é um dos motivos reais da alfabetização de jovens e adultos que se lê nas entrelinhas da EJA.

O MEC e INEP têm estatísticas atuais e por elas, diminui o analfabetismo. No Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002) foi instituído o Programa de Alfabetização Solidária – PAS.

Na sociedade atual não basta entender a alfabetização como apenas saber ler e escrever. A necessidade de escolarização está relacionada com as questões da sociedade pós-industrial e tecnológica. O trabalhador além de operar é preciso decidir, substituir e superar os entraves presentes no processo de produção. Características estas que cercam o mundo neoliberal e os meios de produção.

O fim do século XX é caracterizado por transformações no modo de produção social, fundado no metabolismo do capital, as quais decorrem da resposta do capitalismo mundial às crises de rentabilidade e valorização que se tornaram mais evidentes a partir da década de 1970. A superação da crise mundial ocorreu com uma nova configuração e uma nova dinâmica da produção e da acumulação do capital (CARDOSO, 2006, p.2).

Essa nova dinâmica de produção e acumulação de capital determinou no Brasil (anos 90 e início do século 21) uma nova estrutura de Estado, o Estado Mínimo, sem interferência nas questões sociais. Desta forma, podemos ainda inferir que, com o desmonte do Estado, a criação e a presença de organismos não governamentais (ONGs) nas questões sociais e educacionais tem se tornado uma prática comum. A sociedade clama a formação desta população que não deu conta de concluir seu estudo em tempo hábil, sabendo-se que os motivos são os mais variados possíveis.

A análise da política educacional brasileira para a Educação de Jovens e Adultos, implementada no período delimitado, realizada a partir do estudo dos dispositivos legais e políticos que estabelecem normas e orientações, permitirá evidenciar se houve uma significativa reorientação das mesmas quando comparadas às até então existentes. Ao mesmo tempo, poder-se-á evidenciar se as mesmas são respaldadas por um conjunto de novas tendências propaladas e assumidas pelos mais diversos segmentos da sociedade nacional e internacional sobre a questão da educação para todos (CARDOSO, 2006, p.8)

Este movimento todo em torno da educação de jovens e adultos perpas-

sa não só pela responsabilidade social dos diversos organismos sociais, sejam eles governamentais ou não. Na verdade são oriundos de compromissos firmados pelo Governo Federal e de ordem internacional, os quais vem a deflagrar políticas públicas internas e, muitas vezes, o envolvimento da sociedade civil.

Tendo em vista o compromisso firmado na Declaração Mundial de Educação para Todos, o Brasil busca a concretização de suas metas educacionais mediante a elaboração e implementação do Plano Decenal de Educação para Todos. Esta iniciativa justifica-se pela defesa do desenvolvimento do país tendo-se em vista sua inserção na ordem econômica internacional preconizando, para tanto, a necessidade de “profundas mudanças estruturais” (BRASIL, 1993, p.21).

Assim, esta intencionalidade e compromisso se fazem presente, e com destaque, na atual Lei de Diretrizes e Bases - LDB -(Lei nº 9.394/96) que define e determina os princípios que devem servir de base ao ensino:

[...] igualdade de condições para o acesso ao ensino e permanência na escola; [...] pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; [...] garantia de padrão de qualidade; [...] valorização da experiência extra-escolar; [...] vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais (BRASIL, 1996, p.12).

Podemos então centrar aqui a presença da Universidade como uma das instituições que toma a educação de jovens e adultos – EJA, como uma de suas responsabilidades, ainda que seja em programas de extensão universitária como o apresentado neste trabalho.

Programa de Educação de Jovens e Adultos – Peja, Na Unesp/ Bauru

Antes da criação em 2001, do programa que vigora até hoje –PEJA, havia pequenos projetos de extensão coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão da Unesp- PROEX. Inicialmente, esses projetos existiam apenas em Campus onde havia ou a licenciatura em Língua Portuguesa ou o Curso de Pedagogia. Em 1999, o Campus de Bauru não possuía nenhum desses Cursos, mas, a pedido do representante dos funcionários junto a Congregação da Faculdade de Ciências, o Departamento de Educação elaborou um projeto de extensão⁶ para os funcioná-

⁶ O projeto tinha por título “Alfabetização de adultos: o resgate da cidadania interrompida”, sob a coordenação da Prof^a Dr^a Maria da Glória Minguil.

os do Campus, cujo projeto foi aberto também à comunidade; teve a duração de 6 meses.

Inicialmente as atividades foram desenvolvidas por dois alunos, sendo um bolsista e outro, voluntário, ambos do Curso de Psicologia, estagiários da disciplina Prática de Ensino de Psicologia⁷; as aulas duraram apenas um semestre (2º semestre de 1999), por falta de recursos para bolsa e para o Projeto. Diante da impetração de recurso junto a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) no sentido de reverem a não aprovação da continuidade do projeto e, com a perspectiva de criação de um programa permanente, o Campus, mesmo sem ter ainda o Curso de Pedagogia e ou licenciatura em Língua Portuguesa, foi incluído no grupo responsável pela elaboração do Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA, PROEX/ UNESP.

No caso específico do Campus de Bauru, o objetivo inicial do projeto era suprir a escolarização de funcionários que não possuíam o ensino fundamental e havia casos de pessoas analfabetas, fato que poderíamos considerar vergonhoso para a Universidade. Era preciso sanar essa dívida social para com essas pessoas, servidoras públicas.

Por meio da escolarização o projeto procuraria reconstruir a identidade pessoal, social e profissional dos participantes, garantindo a eles, sua cidadania plena. O primeiro projeto organizou o curso por módulos cujos conteúdos fariam parte de áreas articuladas entre si: Comunicação, incluindo Língua Portuguesa, Meios de comunicação de massa, Informática, Artes, Artesanato; Matemática; Estudos da Sociedade, incluindo História e Geografia; Estudo da Natureza, incluindo Ciências e Educação Ambiental.

O projeto era ambicioso e despertou muito entusiasmo por parte dos funcionários e demais inscritos. Viam a antiga reivindicação ser atendida no próprio espaço de trabalho, visto que as salas de EJA existentes em seus bairros não eram de tão fácil acesso em decorrência do horário de funcionamento e da distância. Com as salas de aula no Campus, os participantes, logo após o término do horário de trabalho, iam para as aulas retornando para casa no final da tarde. Porém, a certificação ficou sem solução e naquele momento para muitos alunos foi fator de desistência.

⁷ A prof^a Dr^a Ana Maria Lombardi Daibem, a disciplina Prática de Ensino de Psicologia e alunos estagiários, foram colaboradores nesse projeto inicial de educação de jovens e adultos no Campus de Bauru: a aluna bolsista Elaine Cristina Sasso e o aluno voluntário Alexandro da Silva.

Havia a previsão de ao final dos módulos os alunos prestarem exames na rede pública para a certificação do ensino fundamental, dando continuidade aos estudos em cursos regulares ou de suplência no ensino médio. A escolarização garantida pelo projeto garantiu, também, a melhoria da qualidade de vida pessoal, profissional e de participação na vida social e política.

O Programa de Educação de Jovens e Adultos – PEJA – da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – UNESP – surge como programa permanente em 2001, com a participação de sete campi que possuíam projetos de educação de jovens e adultos. O Campus de Bauru foi convidado a fazer parte do Programa⁸ pelo fato de ter iniciado em 1999 uma atividade de alfabetização de funcionários do Campus com participação de pessoas da comunidade da vizinhança da Universidade.

Posteriormente, a PROEX criou um programa específico para o atendimento dos funcionários – PROPERF, atendendo às reivindicações dos funcionários.

O projeto estava articulado com o ensino e/ou pesquisa à formação inicial de professores, por meio dos alunos das licenciaturas. Com a participação no grupo de elaboração do PEJA nossos objetivos se ampliaram atingindo: a organização de salas nas comunidades carentes para atendimento de alunos em alfabetização inicial; a formação um grupo dentro da Universidade que participasse de modo efetivo das discussões de EJA, pois os dados de analfabetismo do país IBGE em 1996 era de 14,75 % da população com mais de 15 anos, o que em números de pessoas era de cerca 15 milhões de pessoas, só o Estado de São Paulo, o mais rico do país, tinha mais de 1 milhão e 900 mil pessoas.

A Universidade que até aquele momento não se debruçara de uma maneira mais efetiva para garantir a escolarização dessa população, resolveu, por meio da articulação dos projetos dispersos nos 7 Campi, criar um programa permanente de educação de jovens e adultos, com o objetivo de discussão e produção de pesquisa na área⁹.

⁸ Os coordenadores do PEJA-UNESP/BAURU são professores do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências, Prof^o Dr. Antônio Francisco Marques e prof^a Eliana Marques Zanata.

⁹ Vale registrar que esteve na coordenação dos projetos EJA/ Proex e, posteriormente, teve um empenho muito grande para a criação do PEJA, a Prof^a Dr^a Maria Antônia, do Campus da UNESP de São José do Rio Preto.

A Expansão se Inicia

O município de Bauru tem uma rede ampla de salas de EJA; são cerca de 63 salas espalhadas pelo município; porém, não são suficientes para dar conta da escolarização da população que não a teve na época adequada. Além de que, no momento em que a UNESP cria o Curso de Pedagogia junto ao Departamento de Educação na Faculdade de Ciências, em 2002, com terminalidade em educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, foi colocada na matriz curricular, a disciplina “Alfabetização de jovens e adultos” para que essa questão não fosse ignorada na formação docente. Com a criação do Curso de Pedagogia alunos desse Curso foram inscritos e selecionados para trabalharem no Projeto, tanto na dimensão externa, com pessoas da comunidade, como na dimensão interna, com funcionários.

A dificuldade do PEJA no Campus de Bauru no primeiro momento foi a formação das salas. A sala iniciada no Campus não teve sucesso pela dificuldade que os alunos tinham para poderem assistir às aulas. A saída foi tentar parcerias junto às entidades que, nas periferias atendiam a população como igrejas e associações. Chegamos mesmo a iniciar uma sala na Sub-Delegacia do Ministério do Trabalho para atender às pessoas que trabalhavam no centro da cidade e moravam nas periferias; elas se dirigiam para essa sala antes de retornarem para casa após a jornada de trabalho. As dificuldades, no entanto, continuaram para a frequência das pessoas interessadas, pois o local à noite era muito deserto para ida das pessoas até os pontos de ônibus, não oferecia segurança pessoal a fim de retornarem para casa.

Posteriormente, conseguimos efetivar salas em três comunidades: Parque das Nações, Associação Beneficente Cristã e Associação da Casa Amorós (Favela Ferradura Mirim), com escolarização no 1º e 2º ciclo do ensino fundamental e ensino médio. A sala da Casa Amorós foi posteriormente incorporada em uma sala do Ceja (Centro de Educação de Jovens e Adultos, mantido pela Prefeitura Municipal de Bauru).

Para iniciarmos o trabalho, foi feito um levantamento da demanda em cada comunidade; entrevista com os interessados para resgate da sua história escolar, motivação e expectativa em relação à possibilidade de retomar seus estudos; envolvimento e preparação de estagiários; reuniões de estudo para análises periódicas do processo de ensino e aprendizagem; articular essa atividade de extensão à ação de ensino e pesquisa.

Os conteúdos a serem trabalhados com essas comunidades dizem res-

peito à formação humana com orientações de cuidados pessoais de saúde, preocupação ambiental, responsabilidade social, moral, política e profissional, conscientizando-os do seu lugar e papel na sociedade. Têm ainda, por objetivo, colaborar para que o jovem/adulto analfabeto ou semi-alfabetizado possa sair do isolamento, marginalização, participando das organizações sociais e comunitárias existentes nos lugares de moradia (conselho de escola, conselho de saúde, associações comunitárias e outras). Os conteúdos foram organizados por áreas articuladas entre si: matemática, língua portuguesa, estudos sociais e da natureza a fim de garantir a essas comunidades a alfabetização inicial e supletiva para o 2º ciclo do ensino fundamental.

O projeto além de atender a demanda social de alfabetização da população marginalizada de bairros periféricos excluídos da escolarização fundamental tem promovido aos alunos da licenciatura em Pedagogia, Psicologia e Física a experiência no planejamento, execução e avaliação de ensino na área de alfabetização de jovens e adultos.

A Expansão Ultrapassa as Fronteiras

Com a entrada dos alunos do Curso de Pedagogia no Programa, este pode ter mais consistência e ampliar suas atuações, atingindo parcerias com outras instituições, organizações sociais, religiosas e com a própria Administração Municipal de Bauru, atuando, inclusive na formação continuada dos docentes municipais da EJA.

No Bairro da Favela da Ferradura Mirim, por iniciativa de uma estagiária do Curso de Pedagogia, teve início uma sala de alfabetização do PEJA-UNESP na Associação da Casa Amorós, ligada a um grupo religioso que atua no bairro. A grande dificuldade para as pessoas procurarem as salas da Secretaria Municipal de Educação estava no fato de que estavam localizadas fora do bairro, em uma área ocupada e as aulas eram oferecidas no horário noturno, quando os moradores não se aventuram fora de casa, pelo risco decorrente da falta de segurança nas ruas e vielas da favela. No momento a Prefeitura disponibilizou uma professora para o EJA, que atua durante o dia por isso, os alunos que estavam no PEJA foram transferidos para essa sala.

Entre as dificuldades apresentadas pelo trabalho nessa comunidade (Favela da Ferradura Mirim) estava o fato de que as mães levavam os filhos pequenos para as aulas, as crianças acabam atrapalhando a concentração nos estudos ou outras não participam dos cursos com a justificativa que não em com quem dei-

xar as crianças. Para solucionar esses problemas a coordenação do projeto em conjunto com os responsáveis pela Casa Amorós estará realizando um projeto ludo-educativo aos filhos de mães cursistas (cursos de alfabetização, corte-cos-tura, crochê e outros), promovendo atividades com crianças de 2 a 10 anos de idade, visando favorecer a participação das mesmas e garantindo concomitantemente a permanência de seus filhos, envolvendo-os em atividades que contribuam para o seu processo de desenvolvimento infantil. Esse projeto recebe doações de alimentos de instituições da cidade para proporcionar às crianças um lanche diário durante o período em que permanecem na Casa Amorós, assim como, recebem também, materiais pedagógicos e de consumo.

Diante da grande demanda de crianças pelo projeto, foi feito um levantamento da demanda existente no bairro por educação infantil e encaminhado para Secretaria Municipal de Educação, que com a criação do FUNDEB (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica) espera construir no local uma escola infantil.

Ainda por iniciativa da estagiária do Curso de Pedagogia e de pessoas da comunidade criou-se um grupo de cidadania, onde se têm discutido as questões e problemas que envolvem a comunidade local. Em dinâmicas de grupo desenvolvidas foi possível constatar a auto-estima baixa das pessoas, o sentimento de discriminação que sentem no dia-a-dia pelo fato de morarem na favela, certo sentimento de falta de perspectiva de vida melhor para si e para seus filhos. A luta do grupo tem sido no sentido de escola infantil para os filhos, reforço escolar para as crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio, cursos profissionalizantes e atividades esportivas e culturais.

A maioria da população é formada de desempregados, pessoas que vivem de donativos, biscates e trabalhos informais. Existem cerca de 615 casas e barracos, com cerca de 3 a 4 pessoas por domicílio. Entre os problemas mais graves vividos pelos moradores está o tráfico de drogas, prostituição, violência e mortes.

A partir desses projetos iniciais na favela, a Universidade está elaborando um programa de extensão multidisciplinar para o bairro em parceria com os religiosos da Sociedade de Maria com a participação das unidades universitárias da UNESP de Bauru (Faculdade de Ciências-FC, Faculdade de Arquitetura, Arte e Comunicação-FAAC, Faculdade de Engenharia de Bauru-FEB), com a possível participação da unidade universitária da USP em Bauru (Cursos de Odontologia e de Fonoaudiologia).

A Sociedade de Maria iniciou e está concluindo a construção de um centro de cerca de 2 mil metros quadrados para salas de aula, oficinas, anfiteatro, cozinhas, quadras onde as Universidades, a Prefeitura Municipal, as Associações e Empresas poderão propor e desenvolver projetos de melhoria da infraestrutura do bairro, educativos, de saúde, culturais e esportivos para atendimento da população.

A proposta tem caráter não confessional, onde a única condição para participar seja de que as atividades venham a promover e colaborar com a melhoria das condições de vida da população.

A fim de subsidiar o encaminhamento do projeto da construção e desenvolvimento dos projetos de atendimento a população, a Faculdade de Ciências realizou uma pesquisa para levantamento das necessidades e demandas do bairro. Os dados levantados já subsidiaram a solicitação que a Secretaria de Educação Municipal fez junto Ministério da Educação da verba para a construção de uma escola infantil no local. O projeto encaminhado foi aprovado e escola só não será construída no local por se tratar de uma área de ocupação não legalizada. Aguarda-se nova previsão de local.

O plano em elaboração terá em vista um tempo de atuação na comunidade de cerca de cinco a dez anos de modo intensivo, com a preocupação de articular uma ação extensionista concentrada por parte da Universidade que supere a atuação fragmentada que tem caracterizado esses trabalhos, para garantir efetividade da ação extensionista junto da comunidade e visibilidade junto a sociedade.

No Parque das Nações duas alunas do Curso de Pedagogia montaram em 2002 uma sala de alfabetização com vinte alunos, inicialmente, na capela da paróquia do bairro, depois passaram para um barracão emprestado; a comunidade se mobilizou para limpar e reformar o local para as aulas. Chegou a organizar festas e rifas a fim de angariar fundos para reformar e equipar a sala.

Em 2004, o Projeto se expandiu outra vez. Por meio de uma parceria entre a UNESP e a Escola Estadual Padre Antônio Jorge Lima, localizada no Núcleo Habitacional Noburo Nagasawa iniciou-se uma turma de Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), no período matutino e uma turma noturna, com as aulas acontecendo no Campus e no Parque das Nações. Também continuou a turma de alfabetização. Neste mesmo ano, foi montada a sala de EJA noturna, por meio de uma parceria com a Prefeitura de Bauru. Iniciou-se uma classe de EJA de 1º a 4º ano no período noturno, com 25 alunos.

No segundo semestre de 2004, a Paróquia de São Cristóvão passou a pagar aluguel pelo barracão onde aconteciam as aulas.

Em agosto de 2005 a primeira turma de 8ª série se formou. Foram 09 formandos, do período matutino. Essa turma deu início ao estudo do Ensino Médio, atualmente com 20 alunos, no período noturno. Hoje estão matriculados cerca de 85 pessoas no projeto. Eles denominaram as salas de Escola Comunitária e Projeto de Educação de Jovens e Adultos do Parque das Nações.

Eles montaram uma biblioteca com os livros doados, catalogando e iniciando um projeto de incentivo à leitura com os alunos e moradores do bairro, com a pretensão de realizar diversas atividades educativas e recreativas. Contam, ainda, com a ajuda de voluntários que dão cursos de geração de renda, artesanato e reforço escolar.

A Prefeitura Municipal elaborou o projeto de construção de uma escola de educação de jovens e adultos no bairro com três salas de aula no conjunto de 7 escolas dessa modalidade que foram construídas em 2007 para atendimento dos alunos do CEJA. Esta escola seria a primeira do projeto, porém só não se concretizou devido ao problema de ocupação irregular da área da construção prevista, de propriedade da Prefeitura Municipal, ocorrida por um condomínio vizinho. Um acordo levou o condomínio a comprar outra área no bairro para a construção da escola. Diante desse atraso, há esperança que a construção se concretize em 2008.

Na Associação Beneficente Cristã – Paiva - são realizadas aulas de alfabetização para mulheres na faixa etária entre 30 e 60 anos. As mulheres são ex-internas do Hospital psiquiátrico mantido pela instituição. Por falta ou abandono de suas famílias, essas mulheres foram acolhidas num anexo ao lado do hospital, local onde residem.

O início do trabalho foi marcado por questões relacionadas às necessidades das alunas, visando à orientação e planejamento das aulas. Essas mulheres eram aparentemente marcadas pela falta de perspectiva de uma vida diferente da que existia dentro da instituição, isto é, totalmente alienadas do meio social. Um dos temas centrais que foi trabalhado com elas foi o cuidar de si (auto cuidado), pois grande parte das alunas já havia perdido tanto o interesse por sua identidade que não sabiam mais fazer escolhas simples do cotidiano como escolher o que comer, o que vestir, quando tomar banho, quando dormir ou acordar.

Assim, o trabalho teve como um dos principais objetivos a busca em atender uma necessidade latente da instituição em promover ações que condu-

zissesem as internas ao estabelecimento do auto cuidado como manifestação da percepção pessoal e auto estima.

Usando o corpo humano como ponto de partida, eram dadas informações para as alunas relacionadas à higiene pessoal, alimentação, identidade, diferenças físicas e por fim convívio social.

A sala de alfabetização do Paiva tem sido uma experiência muito interessante pelas características apresentadas pelas alunas institucionalizadas que levavam, em sua maioria, uma vida totalmente alienadas de si, dos outros e do mundo. O trabalho tem exigido paciência e persistência, dado o processo lento de construção de identidade e socialização através das atividades de aprendizagem das alunas da leitura e escrita. Tem sido o gratificante para todos os envolvidos: alunas e monitores.

Contribuição para a Formação Inicial e Continuada de Docentes

Além das parcerias estabelecidas e descritas acima, o PEJA estabeleceu cooperação com o Centro de Educação de Jovens e Adultos-CEJA, da Secretaria Municipal de Bauru, para cursos de capacitação e encontros ligados ao ensino e discussão de políticas públicas sobre o tema.

Em 2006, foi executado em parceria com o CEJA um curso de formação continuada com os professores de EJA, com o objetivo de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação. Houve participação efetiva na elaboração coletiva do projeto de todos os docentes do Centro.

Desde 2003 os estagiários e coordenadores do PEJA participam e apresentaram relatos de experiência em simpósios e encontros e congressos de educação de jovens e adultos (Simpósio de Pedagogia da Universidade do Sagrado Coração –USC-, Telecongresso de Educação de Jovens e Adultos - promovido pela Universidade de Brasília, SESI e UNESCO – e Encontro de Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal de São Carlos, Congresso de Extensão da UNESP, Fórum de Extensão da Universidade Estadual de Maringá, ENDIPE e outros). Uma das bolsistas do programa deu continuidade na pós-graduação o tema, tendo defendido uma dissertação de mestrado sobre o ensino de ciências na EJA.

Considerações Finais

Indicamos como relevância do Programa os seguintes pontos fundamentais:

1º) Um tema que não estava em foco por parte da Universidade, a educação de jovens e adultos e alfabetização, passou a ser estudado com os alunos. Com criação de Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências no Campus de Baurio houve por parte dos idealizadores a preocupação de incluir uma disciplina obrigatória de EJA no currículo de formação do professor de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Hoje os professores e alunos participantes do Programa de EJA no Campus se envolvem nas discussões tanto em nível local, como regional e nacional, das questões ligadas com as políticas públicas de educação de jovens e adultos, como das praticas educativas desta modalidade de ensino. E ainda, a importância da alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental a fim de evitar o analfabetismo.

2º) Garantia de formação humanizadora para os alunos bolsistas e voluntários. O PEJA tem atendido a um segmento dos mais excluídos que são as mulheres. As alunas são, em geral, originárias da área rural onde o acesso à escola no passado era difícil ou mesmo marcadas por uma cultura de um meio social onde a educação escolar para a mulher não era importante; essas senhoras têm filhos, na sua maioria pequenos e fora da escola em decorrência de falta de escolas infantis para atender às crianças do bairro. Essas mães levam suas crianças para serem atendidas pelo projeto ludo-educativo enquanto estudam nas salas da EJA.

Mesmo agora, essas senhoras têm dificuldade para irem às escolas que oferecem estudo para adultos. São cursos noturnos em lugares um pouco distantes de suas casas. Elas têm receio de sair a noite pela falta de segurança. No caso específico da Favela Ferradura Mirim, trata-se de uma área de ocupação irregular, nem registrado no mapa do município e por isso carente de infra-estrutura básica.

Para os estagiários a experiência tem sido de grande valia em sua formação profissional, por causa do desafio apresentado pelas características dos alunos (jovens e adultos) e do meio social onde eles vivem. Tendo em vista o fato de que a população atendida pelo programa são os segmentos mais excluídos, o contato com os mesmos leva de modo experiencial o contato com a realidade vivida por estas pessoas: seus fracassos, suas decepções, suas lutas e seus sonhos. Para Miguel Arroyo (2005), “a EJA é um campo instigante de renovação do exercício do pensar e fazer docente” pelo fato de

à EJA chegam interrogações mais radicais ainda do que chegam à educação infantil e fundamental. Porque milhares de jovens-adultos passaram e passam como coletivos por vivências de opressão,

exclusão e rejeição, de sobrevivência e reprodução social e escolar, vivências humanas que tocam nas grandes interrogações do conhecimento. Mas também porque esses jovens-adultos levam para o EJA experiências de escolha limite, escolhas de liberdade frente à droga, à violência e de opção pela dignidade, os valores, a ação cultural e até a liderança em movimentos de luta pelo teto, pela cultura, pela terra e pela identidade. Indagações que intrigaram sempre o campo da ética e da cultura (p.39-40).

Assim, a participação dos bolsistas e voluntários nos projetos levou-os a adentrar na realidade das classes populares. Os universitários tiveram uma oportunidade de penetrar na cultura desses segmentos sociais, muitas vezes distante da cultura dominante na escola ou mesmo da cultura de seus lugares sociais de origem.

3º) No caso específico do Município de Bauru, onde se dá um tratamento especial a EJA com um política pública mais consistente para essa modalidade de ensino, resultado de ações que perduram e se estendem por cerca de vinte anos - com a criação inicial do Centro de Educação de Jovens e Adultos que possui hoje 63 salas espalhadas pelos bairros, 7 escolas especialmente construídas (2007) para essa modalidade de ensino, muito tem sido realizado neste campo educacional. Por um bom período de anos, os professores ficaram praticamente sem capacitação e atualização pedagógica, basta ver que não havia um projeto político pedagógico para o Centro. O PEJA trouxe uma contribuição significativa nos últimos três anos neste campo para o município com as parcerias estabelecidas.

4º) É importante salientar, que a Universidade não deve estar assumindo responsabilidade dos sistemas e redes públicas de ensino fundamental e médio na modalidade de EJA, mas ter uma participação efetiva nas discussões de políticas públicas para esses segmentos sociais. Garantindo o cumprimento de sua função específica de formação de professores com sensibilidade, conhecimento e competência nesta área de atuação docente.

5º) As atividades com as turmas tiveram bons resultados quanto à aprendizagem. Vários alunos da quarta série passaram para a quinta série e vários da alfabetização para os ortográficos. Houve um grande crescimento da participação dos alunos e da comunidade do bairro. E também outras pessoas se interessaram em começar a estudar, chegando a ter 70 pessoas interessadas para aulas à noite e mais outras 16 de manhã.

Assim sendo, concluímos que em relação ao atendimento das demandas sociais, este projeto vem colaborar para garantir a estas pessoas o direito

social básico da educação, no mínimo, na terminalidade escolar fundamental e mesmo média.

Ao final desta etapa de desenvolvimento do projeto já é possível apontarmos alguns resultados obtidos mediante depoimento dos alunos e da percepção dos alunos monitores: a) Motivação para continuar os estudos; b) Proposição de ascensão profissional; c) Reconhecimento da importância da continuidade da formação acadêmica enquanto cidadão; d) Resgate da dignidade humana como possibilidade de melhora das ações cotidianas.

Referências

ARROYO, Miguel. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 19-50.

BOENO, Ana Marilda dos Santos. Educação de jovens e adultos: perspectivas históricas. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil, 7., 2006, Campinas. *Anais* Campinas, SP: FE: HISTEDBR, 2006. (CDRom)

BRASIL. *Lei Federal nº 4024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa diretrizes e Bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 26 mar. 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil(1988)*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, 23 de dezembro. 1996. p. 27.833-17.841. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 19 set. 2006.

BRASIL. *Lei Federal nº 5692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para a educação de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.prop.br/l5692_71htm>. Acesso em: 26 mar. 2008.

BRASIL. *Plano Decenal de Educação para Todos*. Brasília: 1993.

CARDOSO, Ana Lucia Tomaz. A política educacional brasileira e a educação de jovens e adultos nos anos 90. In: Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil, 7., 2006, Campinas. *Anais...* Campinas, SP: FE: HISTEDBR, 2006. (CDRom).

PINTO, Álvaro Vieira. *Sete lições sobre educação de adultos*. 6. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. (Coleção educação Contemporânea).

SAVIANI, D. et al. *O legado Educacional do Século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.



Atividade do PEJA na Favela Ferradura Mirim. Bauru, 2005.

Fonte: acervo do PEJA-Bauru.



Atividade do PEJA na Associação Beneficente Cristã – Paiva. Bauru, 2008.

Fonte: acervo do PEJA-Bauru.

Antonio Francisco Marques
Prof. Dr. do Departamento de Educação da Faculdade de
Ciências da UNESP - Universidade Estadual Paulista -
Campus de Bauru
E-mail: amarques@fc.unesp.br

Eliana Marques Zanata
Profa. Dra. do Departamento de Educação da Faculdade
de Ciências da UNESP - Universidade Estadual Paulista
- Campus de Bauru
E-mail: lizanata@fc.unesp.br

Maria da Gloria Minguili
Profa. Dra. Membro da Comissão Gestora da Formação
Pedagógica Continuada de Docentes da UNESP -
Universidade Estadual Paulista
E-mail: minguili@bironet.com.br
